

CAPÍTULO 5 DE PROBLEMA À RESSIGNIFICAÇÃO: A TRANSFORMAÇÃO DE UM CÔRREGO EM UM EIXO ESTRUTURADOR DE URBANIDADE NA OCUPAÇÃO VILA NATUREZA

DOI: dx.doi.org/10.18616/pgtur05 | **SUMÁRIO**

Dyene Mafioletti
Jorge Luiz Vieira

INTRODUÇÃO

A urbanização das cidades brasileiras iniciou-se no século XX com forte influência e impacto das heranças escravagistas e coloniais. O ambiente construído é marcado por profunda desigualdade social, predação ambiental e aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2006). Essa conduta repercute em diferentes esferas do poder, e o déficit habitacional acompanha a intensificação da disparidade socioespacial. Segundo uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2015, o déficit habitacional no país alcança a marca de 6,355 milhões de domicílios. No estado de Santa Catarina, de acordo com a mesma pesquisa, a carência de moradias chega à marca de 204.648 habitações (FJP, 2015). O município de Criciúma acompanha o padrão estadual e nacional, já que, segundo dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social, elaborado em 2010, o déficit quantitativo na área urbana se encontrava em 5.772 domicílios e qualitativo em 7.489 (PLHIS, 2010).

Nesse contexto, também se observa que, historicamente no Brasil, de modo geral, nestes mais de 85 anos de urbanização intensa, mais de 70% das habitações do espaço urbano foram construídas pelos seus moradores, sem contar com qualquer assistência técnica e condições mínimas de habitabilidade (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004; MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

O caso do bairro Cristo Redentor é uma manifestação dessa segregação socioespacial na zona periférica do município. O lugar, assim como boa parte do território criciumense, teve seu solo minerado e sua paisagem explorada. O município teve historicamente como principal atividade econômica a extração de carvão mineral, no entanto esse processo trouxe uma consequente oscilação político-econômica ao longo da história, já que a produção sempre dependeu de interesses externos à região (PINHO; PREVE, 2015).

Com a desativação das carboníferas e a eclosão de uma crise empregatícia, inúmeras famílias entraram em situação de miséria, ocu-

pando terrenos irregulares em péssimas condições habitacionais. Além disso, o espaço urbano não propiciava a oportunidade do desenvolvimento humano em virtude da dificuldade de acesso a equipamentos de educação, saúde, cultura, transporte e emprego, isto é, excluído do contexto da cidade (SANTOS; MACIEL, 2003).

À vista disso, este estudo tem o objetivo principal de elaborar uma proposta de realocação habitacional de moradores, considerando a inserção de moradias no contexto urbano e elaborar, sob esse enfoque, uma proposta de habitação social integrada e coerente com esse espaço, do ponto de ambiental, onde esses diversos aspectos da permanência e da inclusão social estejam considerados.

HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE URBANO: O CONFLITO ENTRE CENTRO E PERIFERIA

Observa-se que os graves problemas urbanos, nas últimas décadas, apresentam relação direta com os problemas ambientais. Um exemplo claro disso é a exclusão da população de baixa renda dos centros urbanos (devido ao alto custo da terra e, por vezes, processos de gentrificação) que obriga os moradores a se concentrarem em assentamentos precários e/ou irregulares, sobretudo em áreas periféricas e ambientalmente sensíveis (áreas alagadiças e de mineração, áreas de preservação permanente, faixas de domínio de ferrovia, territórios privados e/ou de domínio público em processo de ocupação etc.), o que nos leva a ponderar que a questão ambiental é inerente à falta de alternativa de moradias e de oportunidades, e que, de acordo com Martins:

Do ponto de vista ambiental essa é presentemente a grande pauta urbana. Pensar o tema ambiental nas grandes cidades brasileiras implica em discutir a questão do modelo de desenvolvimento e de desenvolvimento urbano. É fundamental assumir que, sem forte investimento e prioridade ao desenvolvimento social, será im-

possível conseguir condições ambientais minimamente razoáveis, ainda que todas as indústrias estejam sujeitas a um forte e eficiente controle ambiental (...) (2010, p. 2).

No centro, equipado e valorizado, as disputas territoriais associam-se ao abandono e/ou à reabilitação. O abandono decorre de imóveis que se tornam obsoletos por sua precarização e falta de manutenção, que ora se tornam moradias transitórias ou não das populações de baixa renda (que invadem esses imóveis como forma de resistência e única alternativa de habitação próxima aos serviços e equipamentos), ora esses centros são impactados por projetos de renovação urbana, que geram processos de gentrificação – expulsando a população local de baixa renda que, sem alternativas, migra para as periferias da cidade (MARTINS, 2010).

Nas periferias, encontra-se precariedade nos equipamentos, serviços, infraestrutura e, por fim, nas moradias. As populações expulsas do centro pelo alto valor da terra e por forma de controle e imposição social se deparam com o conflito da ausência de alternativas habitacionais oferecidas pelo mercado e Estado com a preservação ambiental, e ocupam especificamente as áreas ambientalmente sensíveis ou de domínio público – áreas essas com baixo valor de terra que o mercado formal não pode ou não quer ocupar, ou de domínio do Estado, que geram por consequência condições de prejuízo social e ambiental (MARTINS, 2010).

No entanto, é imprescindível demonstrar que os conflitos entre centro e periferia não ocorrem da mesma maneira. Observa-se que, em cidades com topografias acentuadas, como Rio de Janeiro e Florianópolis, as populações de baixa renda ocupam os morros nas áreas centrais sob péssimas condições habitacionais e ambientais, formando imensos assentamentos precários e irregulares, em vista da localização favorável e do acesso facilitado ao trabalho, serviços e equipamentos básicos, sem nenhuma infraestrutura necessária, completamente negligenciada pelo Estado.

Em contrapartida, nas periferias com extensos vazios urbanos aglomeram-se imensos loteamentos privados de luxo que deslocam e

concentram ampla infraestrutura urbana de alto custo e manutenção de investimento público em meio ao nada. Sob a extensão de imensos muros, encontra-se a falácia do ideário de segurança e o mais problemático, a ameaça à democracia, já que esses condomínios, reclusos e murados comportam-se como feudos, onde o mais preocupante, como apontam Blakely e Snyder (1997, p. 25), é seu subjacente sistema de gestão, que, por meio de um conselho, faz com que a associação de moradores se torne uma entidade privada que pode fazer suas próprias leis, amplificando o controle social e a desigualdade (BLAKELY; SNYDER, 1997; FREITAS, 2008). Consta-se que parte da cidade é regulada por meio da política de favor e do patrimonialismo que decorre da relação do patrimônio e do poder político e econômico. Sendo assim, nesse jogo, se confirma o controle exorbitante do mercado e a ausência e negligência do Estado, que, cúmplice, se torna omissor (MARICATO, 2006).

LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA – 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008

A Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, garantiu o acesso à moradia digna como direito fundamental (BRASIL, 1988). No entanto, observa-se que isso não é cumprido em sua totalidade, visto que, segundo uma pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2015, o déficit habitacional no país alcança a marca 6,355 milhões de domicílios. Dessa forma, originam-se inúmeros assentamentos precários, fato que acontece diante da inadequação das iniciativas do Estado, assim como a relação incompatível do nível de renda *versus* o preço de uma unidade habitacional de acordo com o mercado imobiliário formal.

O levantamento desses assentamentos é realizado por meio da metodologia vigente do Guia para Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, que classifica quatro variáveis para a quantificação da inadequação dos domicílios, como: inadequação fundiária;

adensamento excessivo; domicílio sem banheiro; e carência de infraestrutura (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Na Figura 1, podemos observar os treze critérios e variáveis relevantes para a caracterização desses assentamentos (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010).

Figura 1 – Variáveis dos assentamentos precários

| Variáveis relevantes para a caracterização dos assentamentos precários | | |
|--|---|---|
| Nº | Variáveis | Características/Indicadores. |
| 1 | Renda domiciliar | 0 a 3 salários mínimos em sua maioria. |
| 2 | Situação Fundiária | Irregular ou em processo de regularização. |
| 3 | Domínio da Área | Pública. |
| 4 | População | 30 habitações – 90 habitantes. |
| 5 | Infraestrutura Urbana | Sem pavimentação, sem rede de esgoto ou drenagem de águas pluviais. |
| 6 | Padrão urbanístico do viário interno ao assentamento | Traçado regular em determinadas áreas e irregular em outras. |
| 7 | Padrão urbanístico dos "lotes" | Variedade de formas e tamanhos. |
| 8 | Áreas de risco | Escorregamento de encostas, margens de rios. |
| 9 | Densidade do assentamento | Não possuem recuos laterais, variam nas tipologias e alturas. |
| 10 | Material de construção | Alguns locais com material permanente, em outros, improvisado. |
| 11 | Localização em terrenos com restrições absolutas à ocupação | Faixas de domínio de ferrovias. |
| 12 | Localização em áreas de preservação ambiental | Localizam-se em áreas de preservação permanente. |
| 13 | Zonamento Municipal | Locados em zonas urbanas. |

Fonte: Ministério das Cidades, 2010.

A Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, foi um marco regulatório que assegurou o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para edificação, reforma, ampliação ou regularização de suas moradias. Cabe destacar o que estabelece o art. 2º dessa lei (BRASIL, 2008):

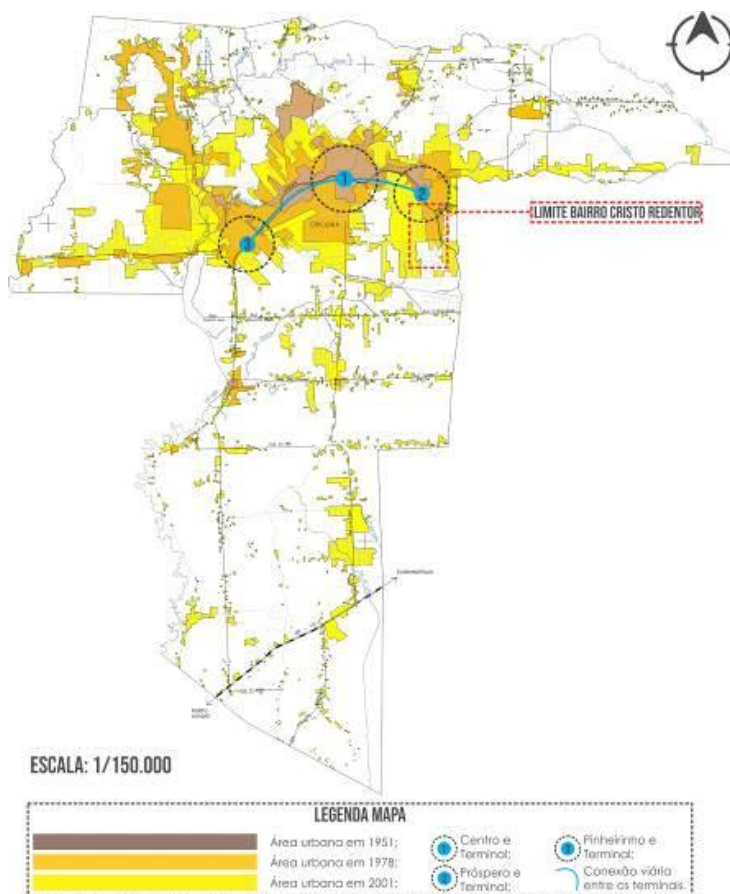
Art. 2º - As famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia (BRASIL, 2008).

LEITURA URBANA: CRICIÚMA

Criciúma localiza-se no estado de Santa Catarina, na região Sul do país. Sua área corresponde a 235,704 km². Criciúma é o principal município do núcleo metropolitano da Região Carbonífera, sendo que o censo populacional estimado divulgado pelo IBGE Cidades, no ano de 2017, contabilizou 211.369 habitantes – cidade mais populosa do sul de Santa Catarina, possui uma densidade demográfica de 815,87 hab/km² (IBGE CIDADES, 2017). Está entre os cem municípios do Brasil com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado como de 0.788, em 2010. É o município polo da área de abrangência da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) em diversos setores, como: confecção, indústria cerâmica, construção civil e extração do carvão mineral. O crescimento econômico que o município experimentou, entre as décadas de 1940 e final de 1980, levou a um crescimento populacional bastante significativo no período, o que gerou um déficit habitacional expressivo para o município, especialmente na área urbana, que se mantém até hoje (VIEIRA, 2001).

A ocupação urbana de Criciúma teve origem, principalmente, pela atividade mineradora que acontecia na região, e a apropriação do espaço ocorreu primeiramente em locais que fossem de rápido acesso ao trabalho (mineradoras), próximos à ferrovia ou à rodovia SC-443, que permitia uma maior facilidade de deslocamento e assim concedia outras possibilidades de trabalho. A ocupação também se deu em locais favorecidos pela topografia ou em proximidades de cursos-d'água. Portanto, houve uma forma desordenada de ocupação territorial, já que essa aconteceu em curto espaço de tempo e sem planejamento.

Figura 2 – Leitura urbana do município



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

O município esteve ligado ao desenvolvimento econômico a partir do carvão mineral. Após 1930, a política econômica passa a ter cunho nacionalista. Em 1943, o Estado adquiriu o controle acionário da Carbonífera Próspera e explorou o carvão em Criciúma e Siderópolis, durante as décadas de 1940 a 1980 (SANTOS; MACIEL, 2003). No entanto, nos

anos 1990, com o avanço do neoliberalismo como política, a mineração e as atividades a ela ligadas levaram à privatização de inúmeras empresas, inclusive da Carbonífera Próspera S/A. Em 1990, são fechadas as minas, o que representou a sua iminente desativação, provocando a demissão de 10 mil mineiros e gerando inúmeros prejuízos sociais (SANTOS; MACIEL, 2003; VIEIRA, 2001).

Um desses é que inúmeras famílias ficaram sem renda suficiente para conseguir manter sua moradia. Assim, passaram a ocupar as áreas próximas mineradas, de prejuízo ambiental ou em áreas de preservação permanente (inclusive no sub-recorte estudado), que teve sua ocupação iniciada nos anos 1990, coincidente com a desativação das mineradoras. A regularização fundiária do bairro aconteceu nos anos 2000, no entanto a questão fundiária das famílias que se localizam sob área de preservação não foi resolvida por questões de cunho legal e ambiental. Dessa forma, essas famílias, que se encontram em vulnerabilidade social, não são alvo de ações concretas por parte do poder público.

LEITURA URBANA: BAIRRO CRISTO REDENTOR E ENTORNO

Como se observa na Figura 3, o bairro está localizado em uma franja rural-urbana, resultante de um processo induzido de segregação socioespacial que se estendeu por um período de aproximadamente 35 anos. Hoje, relativamente integrada à cidade, passa a despertar novos interesses, já que se encontra condicionada por fortes elementos urbanos da escala da cidade e da região, que vêm sendo implantados desde os anos 1990, com exceção do ramal ferroviário, que é dos anos 1960, como: anel de contorno viário, porto seco, via rápida, prolongamento da Avenida Centenário (em projeto pelo plano de mobilidade de Içara), áreas degradadas por mineração, assentamentos irregulares e zonas industriais/residenciais em ocupação espontânea ou planejada (VIEIRA, 2013).

Figura 3 – Leitura urbana dos bairros do entorno

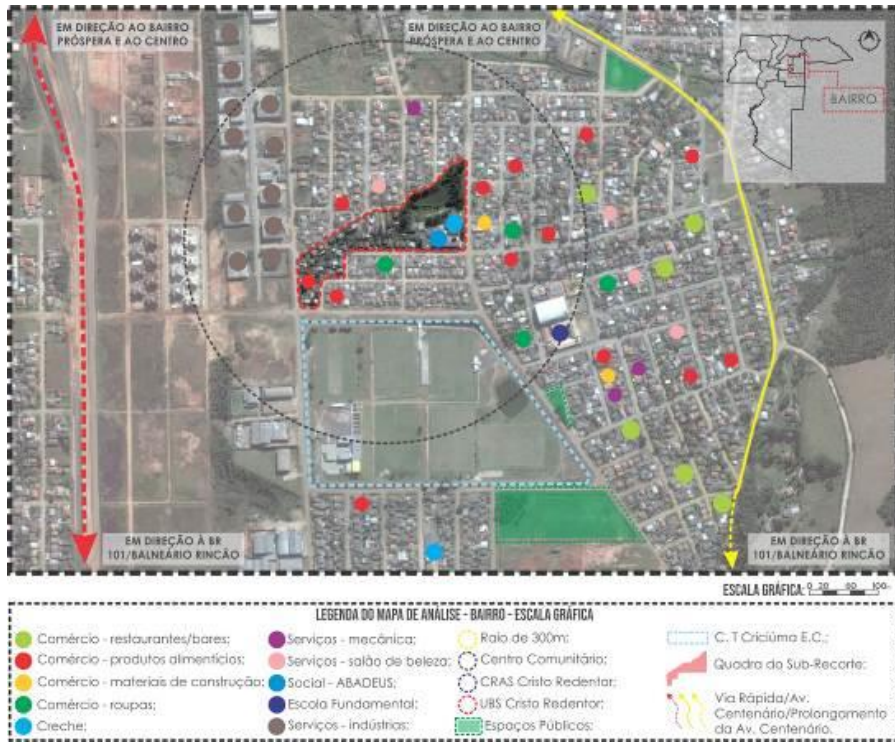


Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

LEITURA URBANA: BAIRRO CRISTO REDENTOR

Como apresenta a Figura 4, o bairro conta com uma boa provisão de equipamentos, em sua maioria comércio de uso vicinal à residência. A maior parte dos equipamentos fica num raio de abrangência de 300 metros do ponto central da quadra em destaque (assentamento estudado), num eixo de caminhabilidade satisfatório. Nesse raio, encontram-se a Associação Beneficente ABADEUS, uma creche, sede do Centro Comunitário Cristo Redentor Mais Verde (CRMV), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Escola de Ensino Fundamental Vilson Lalau e quadra esportiva. A ausência, como ocorre na maior parte das cidades, é de espaços públicos, que ora são inexistentes, ora são ínfimos e inadequados.

Figura 4 – Leitura urbana do bairro cristo redentor



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Observa-se uma faixa concentrada de unidades industriais. Além disso, as quadras variam de acordo com o tipo de assentamento. As regulares apresentam assentamentos legais e as configurações irregulares e poligonais com variadas formas e tamanhos sugerem sucessivos deslocamentos de divisas provindas de desmembramentos informais e adaptação aos meios naturais (nesse caso, nascente e córrego). As edificações adaptam-se ao espaço disponível para a construção. Na maioria das casas não há divisão de lotes e em grande parte são agrupadas, feitas de modo autônomo utilizando sistemas construtivos tradicionais com materiais ora permanentes, ora improvisados.

LEITURA URBANA: O SUB-RECORTE OCUPAÇÃO VILA NATUREZA

O sub-recorte possui, na grande maioria de sua estrutura viária, ruas sem pavimentação e drenagem pluvial (cor ocre, segundo esquema da esquerda para a direita, Figura 5). As ruas pavimentadas com lajotas são as que concentram maior infraestrutura e equipamentos públicos (cor vermelha, segundo esquema da esquerda para a direita, Figura 5). E a única via pavimentada é a principal conexão do bairro, também por concentrar intensa produção das indústrias e ter maior hierarquia. Nenhuma via apresenta calçada delimitada e acessível. O uso é predominantemente residencial. Dessa forma, a maioria apresenta apenas um pavimento, com destaque de dois para algumas edificações comerciais e de serviços.

Figura 5 – Leitura urbana sub-recorte



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

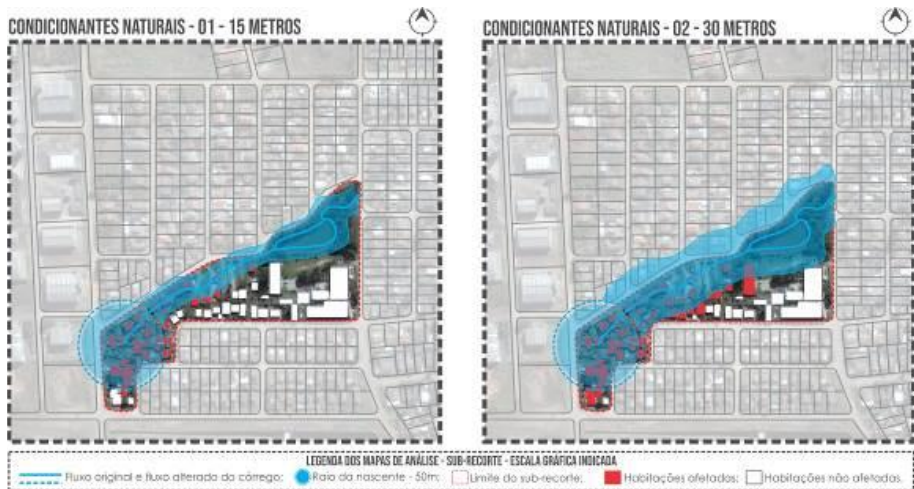
A mudança mais brusca de coroamento é entre a zona residencial e a zona industrial e de conjuntos habitacionais, onde quase todas as edificações possuem de dois (indústrias) a quatro pavimentos (conjuntos habitacionais). O sub-recorte quase em totalidade configura-se como zona residencial 2 (de dois a quatro pavimentos), e o plano diretor determina

apenas uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que é conflitante com a área de preservação. O transporte público apresenta dois itinerários, sendo que a viagem dura em torno de vinte minutos ao terminal da Próspera, e quinze minutos a mais em direção ao centro. Observamos dois pontos de ônibus formais (com estrutura) e um informal (apenas os moradores têm conhecimento).

PARTIDO URBANÍSTICO

O processo de partido de projeto se iniciou com base em duas simulações relacionadas aos aspectos ambientais e legais no recorte realizado pela autora (figura 6). Na primeira, foi admitido um raio de proteção de 50 metros da nascente e uma faixa *non aedificand* de 15 metros de proteção com mata ciliar. Assim, podemos perceber que das 31 habitações existentes, 19 residências seriam afetadas pela faixa de proteção e deveriam ser realocadas.

Figura 6 – Simulações



Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

Subsequentemente, análises morfológicas foram realizadas a partir do curso do córrego atual e alterado e suas faixas de proteção. A Figura 7 mostra como o curso atual do córrego, que está poluído por constante despejo do esgoto sanitário destas moradias, é contíguo à Rua Tico Tico, o que não permite que as moradias configurem esse espaço nas duas bordas. Do ponto de vista morfológico, o espaço (na cor laranja) torna-se fragmentado e sujeito a recorrentes ocupações.

Figura 7 – Simulações



Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

Isso posto, o objetivo do trabalho foi assegurar a permanência dos moradores no seu recorte original, preservando o sentimento de pertencimento com o seu espaço. Desse modo, inverte-se o conceito e imagem do córrego atualmente inóspito, sujo e desagradável, por meio de um córrego recuperado a céu aberto que passa a aproximar a água da população e incentivar a participação em iniciativas pela preservação do meio-ambiente.

A partir dessa tomada de decisão, e devido ao seu curso-d'água não possibilitar a conformação do espaço de moradia, ele foi deslocado, mantendo seus pontos iniciais e finais. A quadra não permite, após sua ordenação, manter todos os moradores no mesmo espaço. Em função da demanda, a realocação também abrange um terreno vazio próximo, avaliado de acordo com os critérios como o terreno mais qualificado para a intervenção (Figura 8). O terreno que mais possui características positivas à realocação dos moradores é o terreno 03, sendo necessário o remembramento de 3 lotes que geram uma área de 1,67 Ha. É próximo aos equipamentos e ao transporte público e estabelece uma importante relação entre a nova ocupação e a antiga ocupação. São necessárias algumas etapas legais para seu uso:

- a. converter ao poder público a área concedida a título de doação que não está cumprindo sua função social, de acordo com o art. 6º da Lei Ordinária n. 7.094, de 13 de dezembro de 2017, do município de Criciúma;
- b. demarcar o terreno como nova área de ZEIS, de acordo com o Guia “Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social de Vazios Urbanos”, do Ministério das Cidades de 2009. O guia classifica a área como ZEIS 2: área, terreno e imóvel vazio, subutilizados ou não utilizados, adequados para a produção de habitação de interesse social (HIS), de acordo com os seguintes critérios: preço da terra compatível com a produção de habitações de interesse social; existência de infraestrutura e equipamentos urbanos básicos ou inclusão em projeto de expansão dessas melhorias; proximidade de assentamentos precários que demandam remoção de parte ou totalidade das moradias; e áreas que não tenham restrições ambientais para uso habitacional;
- c. remembramento de três lotes para chegar a uma área aproximada da ocupação atual.

PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

O Papel e os Instrumentos do Planejamento Territorial na Interface entre o Urbano e o Rural

Figura 8 – Definição do terreno adjacente



Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

O córrego não apresenta episódios de inundações ou sequer alagamentos devido à sua bacia de retenção. Ele possui atualmente projetos de futuras intervenções, devido à questão sanitária em que se encontra. Assim, o seu deslocamento possibilita a configuração das moradias em ambas as margens promovendo a conformação deste espaço (Figura 9). O córrego torna-se o eixo estruturador de atuação, por meio da requalificação e recuperação paisagística de suas margens, mediante técnicas de bioengenharia.

Figura 9 – Ações de partido



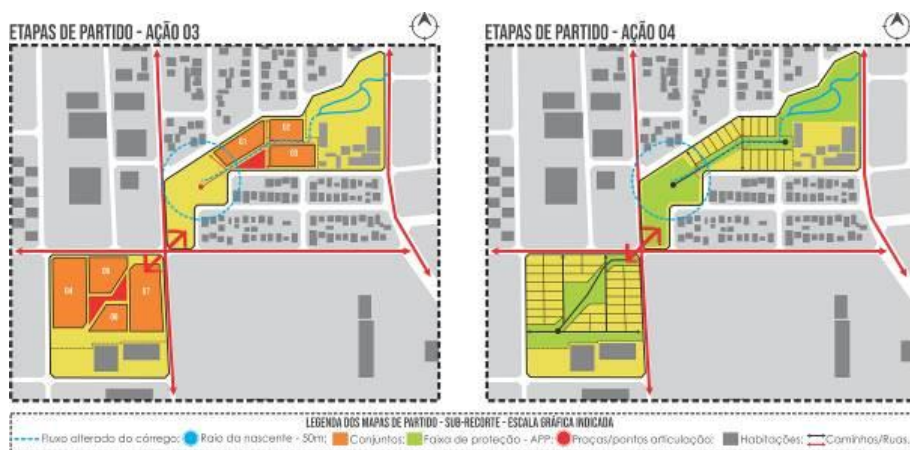
Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

Primeira ação: delimitar o eixo estruturador do recorte por meio do corredor verde e as áreas de proteção ambiental que estabelecem a conexão entre as duas quadras.

Segunda ação: em seguida, são demarcadas as faixas de proteção e delimitado o domínio do carro, os eixos caminháveis internos e externos ao recorte e as faixas de ciclovias.

Mantém-se o raio de 50 metros de proteção à nascente, com faixas *non aedificand* de área verde de no mínimo 5 metros de cada lado, com expansão em áreas públicas, viabilizando a inserção dos lotes (figura 10). O córrego, não mais visto de forma desagradável e adverso, cria uma centralidade linear composta por um eixo cívico de convivência, aberto a inúmeras possibilidades de resignificação da população. O planejamento envolve a ordenação e qualificação dessa ocupação e proporciona que a água, assim recuperada, seja tratada como agente transformador dos espaços e da vida urbana, assegurando a permanência dos moradores. A reconciliação com as águas pode ser desfrutada no cotidiano da população. Sendo assim, sua principal premissa baseia-se na transformação do córrego, hoje poluído, em um sistema de promoção de urbanidade.

Figura 10 – Ações de partido



Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

Terceira ação: são criadas duas praças para suprir a carência de espaços públicos, com o objetivo de serem pontos de conexão e articulação entre quadras, respeitando os fluxos de travessia e núcleos de encontros já existentes (vide estudo social).

Quarta ação: no restante das áreas, são estabelecidos sete conjuntos condominiais estruturados pelo corredor verde e, em seguida, são demarcados os domínios dos carros, eixos caminháveis e as ciclovias.

A seguir, são demarcados os domínios públicos e privados, além da conexão da ciclovia (Figura 11), onde o eixo permite percorrer todo o recorte por meio do uso da bicicleta e deslocar-se para os equipamentos de uso público no bairro, conectando com os equipamentos e a Avenida Centenário.

Figura 11 – Domínio e ciclovia



Fonte: Adaptada de imagem do Google Earth (2018).

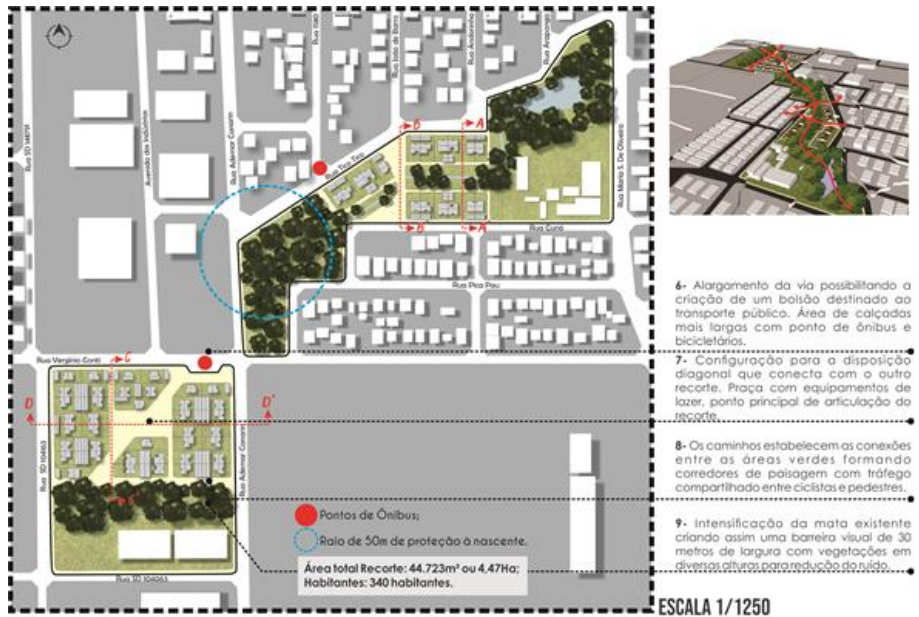
Dessa forma, a implantação do recorte foi pensada a seguir com a manutenção da população aliada à preservação e reurbanização do recorte.

Figura 12 – Proposição Quadra Ocupada



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Figura 13 – Proposição Quadra Adjacente



Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, inúmeros avanços foram realizados na política habitacional, por meio de novas leis e, principalmente, por programas governamentais que possibilitaram um maior acesso da população de baixa renda à moradia. No entanto, a prática das construções dessas habitações e a desarticulação desses programas com políticas urbanas e fundiárias intensificam os problemas de qualidade das habitações, tais como a distância dos centros urbanos com os conjuntos habitacionais e a baixa qualidade arquitetônica e urbanística. Outra problemática é a intensa ocupação de áreas ambientalmente sensíveis devido à falta de oportunidade da população em ter acesso à terra.

O recorte estudado neste trabalho repercute um cenário nacional. O conflito entre o meio-ambiente, a habitação e seus moradores intensificam os problemas socioeconômicos e vice-versa, resultando em ocupações irregulares e com péssimas condições de habitabilidade. Essas áreas necessitam de estudos mais aprofundados em suas especificidades relacionados à relação do meio ambiente com as habitações e seus moradores.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A.N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BERTANI, G.; BREUNIG, F. M.; SPOHR, R. B. Análise de crescimento da mancha urbana do município de Frederico Westphalen, RS-Brasil através de imagens Landsat 5 TM. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 68-83, jun. 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 37-65.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DALL'ALBA, João Leonir. *Pioneiro nas terras dos condes*. 2. ed. Orleans: Gráfica do Lelo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2010). *Censo Demográfico – 2010*. Rio de Janeiro: IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/espacos_rurais_e_urbanos/default.shtm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

LOTTIN, Jucely. *Orleans 2000: história e desenvolvimento*. Florianópolis: Elbert, 1998.

MACHADO, J. R.; CARVALHO, M. S. de. Descentralização ou centralidade? Uma abordagem do processo de produção do espaço urbano de Londrina e Maringá. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 5, n. 1, p. 33- 54, 2013.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para crise urbana*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NICOLADELLI, T. B. *Centralidade e verticalização: estudo da valorização da área central da cidade de Orleans/SC*. 2011. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

POLIDORO, M.; BARROS, M. V. F.; LOLLO, J. A. de.; MARCHETTI, M. C. ANÁLISE multitemporal da evolução da mancha urbana no Entorno da br-369 dos municípios paranaenses. In: *Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

SALES, C. M. *A dinâmica do espaço urbano: análise da evolução da mancha urbana do Vetor Norte da RMBH por meio de técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento*, 2010, 47 f. Monografia (Especialização em geoprocessamento do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; CONTO, D. D.; CURY, M. D.; MENEGASSO, J. D. Monitoramento da expansão urbana: cenários futuros do crescimento populacional no município de Criciúma – SC. In: LADWIG, N. I.; SCHWALM, H. (Orgs.). *Planejamento e gestão territorial: a sustentabilidade dos ecossistemas urbanos*. Criciúma: EDIUNESC, 2018. p. 477-495.